

"O JUDICIÁRIO E A ATUAL CONJUNTURA"

EDSON CARVALHO VIDIGAL

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

(...) EDSON VIDIGAL – Boa tarde a todos e a todas, meus amigos companheiros de mesa, embaixador Naline, meu amigo Ives Gandra, meu amigo Approbato, Ney Prado. Geralmente vem uma lista. Um dia desses eu estava lá em Brasília e vi o governador do Distrito Federal presidindo uma cerimônia lá no STJ, eu consegui com ele ampliar o estacionamento dos advogados e ele resolveu fazer uma cerimônia. Eu vi que o cara passou para ele um monte de papelzinho com o nome de todo mundo, então aí é fácil. (risos)

Mas o meu amigo Ives Gandra me telefonou perguntando qual era o tema da palestra e eu me lembrei do nosso estimado Sérgio Porto que contou a história do compositor que todo ano fazia samba-enredo sobre a História do Brasil. Um dia falaram para o crioulo: "Olha, este ano não vai ter mais abolição nem escravidão, você vai ter que falar sobre a atual conjuntura". E foi aí que saiu o Samba do Crioulo Doido. (risos) Então minha secretária disse: "O dr. Ives Gandra está ao telefone querendo saber o tema da palestra". Eu disse: "Fala para ele que é o Judiciário e a atual conjuntura". Mas eu quero pedir desculpas por tê-los deixado a minha espera, uma falha imperdoável. Isso me leva ao Maranhão, interior do Maranhão, na cidade de Pinheiro, a cidade onde nasceu o presidente Sarney. De Pinheiro havia um desembargador chamado Elisabeto Barbosa de Carvalho. Ele era um velhinho empertigado, naquele calor de 40 graus em São Luís ele vestia colete, fumava um cigarro com piteira. O desembargador Elisabeto caiu na expulsória aos 70 anos e resolveu voltar para Pinheiro, sua terra natal, onde ele então montou um jornal que existe até hoje, chamado Cidade de



Pinheiro. O desembargador chegou lá e resolveu se candidatar a prefeito, não tinha nada para fazer mais na vida, quis ser prefeito. Naquele tempo o vice era separado do titular, Constituição de 46. Então o desembargador se candidata a prefeito e apareceram cinco candidatos a vice e nenhum concorrente para prefeito. Todo mundo apostando no pé da cova do desembargador. (risos) E o desembargador assume o comando do seu jornal e o jornal do desembargador Elisabeto, o Cidade de Pinheiro, era algo como algum jornal aqui em São Paulo que volta e meia analisa a conjuntura mundial, dá palpites sobre chefes de Estado na Europa, analisa a economia do Japão. Era uma plena Segunda Guerra Mundial e, quando terminou a guerra, o desembargador terminou o editorial na primeira página, depois de criticar todos os erros estratégicos da Alemanha, dizendo: "Se o sr. Adolph Hitler tivesse os nossos conselhos, decerto não teria incorrido em tantos erros que o levaram a essa fragorosa derrota". Mas isso para lhes dizer ainda que esse jornal ficou tão famoso que o desembargador, na sua campanha para prefeito, o prefeito ia celebrar o primeiro centenário da cidade de Pinheiro, mas não convidou o desembargador para a comissão organizadora, uma desfeita muito grande para uma figura ilustre. Nessa época o presidente Sarney ainda não era tão ilustre. Não convidou o desembargador Elisabeto para a comissão organizadora dos festejos, ele ficou de olho. Na semana seguinte, depois que terminaram os festejos, ele vem com um editorial na primeira página criticando todos os deslizes dos festejos e terminava o editorial: "Esperamos que no próximo centenário tais falhas não voltem a ocorrer". Eu evoco essa história engraçada e verdadeira lá de Pinheiro para me desculpar com as senhoras e com os senhores de que no próximo centenário, quando eu for convidado a vir até aqui, não vou chegar atrasado. Mas foi bom porque eu descobri que na representação do STJ os computadores são de zero geração, eu não consegui sequer imprimir o texto que eu queria deixar aqui da palestra. Da palestra não, as anotações que eu fiz, que depois eu me comprometo a mandar por e-mail. Estando eu hoje inclusive no exercício da presidência do Tribunal, porque o

ministro Naves viajou para o Exterior, foi bom porque eu fiquei sabendo das coisas que estão acontecendo aqui e pretendo fazer um bom uso do escritório da representação para que o STJ esteja mais presente em São Paulo. Eu já estou espalhando no Maranhão que estou transferindo meu título eleitoral para São Paulo, o que é uma forma também de parar com as especulações eleitorais lá na minha terra. Aí pode ser que me deixem trabalhar em paz. (risos) Está sempre achando que eu sou candidato a alguma coisa e eu sou sempre candidato a fazer bem feito aquilo que tenho que fazer na hora.

Eu começo lembrando que em janeiro do ano passado falei aqui em São Paulo, na Associação dos Juízes Federais, quando mostrei-lhe um quadro um tanto quanto preocupante no que diz respeito ao orçamento da União quanto ao Poder Judiciário. Eu começo falando do orçamento porque, para falar do Judiciário e suas mazelas, suas demoras, suas morosidades, todos nós aqui estamos cansados de saber, empresários, advogados, professores, acadêmicos, membros do Ministério Público, usuários em geral, juízes estão cansados de saber que não têm mais onde colocar processos, é papel demais. Ministros dos tribunais já estão cansados de saber, porque só no STJ a média é de 400 mil processos por ano. Aí vem a estatística e diz assim: o ministro Vidigal já julgou seis mil processos. Isso é mentira, eu assinei a maior parte, porque é tudo igual e meu computador lá já está programado para aqueles despachos. Eu separo uma parte daquilo que é mais, vamos dizer, novo em que eu preciso enfrentar a remansosa jurisprudência cristalizada em mentes muitas vezes atrasadas. Esse é um outro grande problema no Judiciário do Brasil, são as mentes, então a grande revolução que a gente precisa fazer no Judiciário é a mudança da mentalidade e a mudança da mentalidade só vai ser possível começando na escola, nos cursos de graduação dos bacharéis em Direito e depois criando uma escola que vai ser criada agora, Nacional da Magistratura, para preparar melhor as pessoas que vão operar o Direito no nosso país, porque hoje a faculdade

não ensina nada, são discursos. Eu sou professor, posso falar à vontade, as aulas são discursivas e o aluno quase sempre sai da faculdade sem nunca ter visto um processo, como em algumas eleições o sujeito se elege sem nunca ter visto uma urna. Então para todo lado que a gente foca a gente vê que precisa mudança. Então é por aí que quero começar e quero mostrar também de início que não vale a pena ficar atirando no Judiciário, jogando pedra nos juízes. Essas mazelas todas nós conhecemos, nós juízes temos consciência delas e é preciso a gente então começar a mostrar de início essa coisa que é a participação do Poder Judiciário no orçamento da União.

Então nisso não há mistério, é só acessar o site do Ministério do Planejamento. No ano passado era o início do governo Lula, o país estava muito mais alegre, empanturrado de sonhos, certezas prévias, esperanças próximas. O Ministério do Planejamento ainda não tinha números confiáveis e atuais, o que levou a me valer de dados do orçamento de 2002, já que o orçamento de 2003 ainda não estava disponível. Mostrei então aqui em São Paulo que de uma despesa da ordem de R\$ 261,7 bilhões o Poder Executivo ficava com R\$ 248,5 bilhões, ou seja, com 94,99% do total do orçamento da República. O Judiciário Federal, o Poder Judiciário, um dos três portanto para sustentar a República, com essa responsabilidade toda que começa no artigo primeiro e se esvai por todo o texto da Constituição, asseguração de direitos e reconhecimento de direitos cabem, enfim, a um árbitro que se chama Judiciário resolver, esse poder ficava com R\$ 9,8 bilhões, correspondentes então a 3,74%. O Legislativo com R\$ 3,3 bilhões, correspondentes a 1,27% de toda a despesa programada pelo governo. É importante notar aqui que o Poder Judiciário da União compreende, além do Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Superior Tribunal Militar e o Tribunal Superior Eleitoral. Cada tribunal superior desses tem seus, seus... Ia usar uma palavra feia, seus galhos, mas não dá. Seus ramos. (risos) Cada tribunal

desses tem seus ramos. Então vamos lá. TST, Tribunal Superior do Trabalho, 27 tribunais regionais federais. Cada tribunal regional federal desses tem junta de conciliação e julgamento pra caramba. Você viaja pelo interior do Brasil, aqui e acolá você não encontra um juiz federal da Justiça Federal propriamente dita, mas encontra quase sempre (e aí é resultado da ação política dos representantes "del pueblo") juntas de conciliação e julgamento, prédios, etc. Aí você olha a cidade, qual é a atividade econômica dessa cidade para justificar tanta demanda na batalha entre capital e trabalho, de modo que isso tudo possa se harmonizar. Aí o que você vai encontrar é o juiz do trabalho resolvendo briga de empregada doméstica com a patroa, criando uma nova cultura que é o chamado advogado de porta de junta, concorrendo com o advogado de porta de cadeia. Mas isso o contribuinte paga. Do Tribunal Superior Eleitoral são 27 tribunais regionais, juntas eleitorais, juízes eleitorais. Aí é uma coisa curiosa, porque a Justiça Eleitoral opera o Direito Nacional Federal com juízes pagos pelo contribuinte e o orçamento dos governos dos Estados. É uma briga danada, eu fui corregedor da Justiça Eleitoral, do TSE, e o que é mais curiosa é a disputa que há entre o pessoal de primeiro grau da Justiça Eleitoral, eles querem continuar sendo designados para trabalhar no serviço eleitoral porque têm uma gratificaçõzinha e tal, isso já ajuda um pouco. E Estados em que esses magistrados já estavam há um bom tempo e já era realmente necessário fazer esse remanejamento, chegaram a entrar com ações judiciais em defesa do que pretendia e achavam que era o seu direito de continuar no serviço eleitoral.

Aí você vai encontrar na Justiça Militar o Tribunal Superior Militar. O Tribunal Superior Militar tem uma história de posições de ajuda à afirmação da democracia no país, eu posso testemunhar porque eu era estudante de Direito e era jornalista, eu cobria o Tribunal Militar para o Jornal do Brasil na época da ditadura. Na verdade, aqueles senhores militares quando sentavam ali se julgavam efetivamente magistrados e,

nos hábeas corpus que concediam, eles brigavam com os comandantes militares para que a ordem fosse efetivamente cumprida. Foi ali que aconteceu a minha transmutação, quando resolvi efetivamente ser advogado, porque havia um tipo que eu fiquei fã, eu achava muito bonito aquilo, o advogado entra no meio daquela milicada toda, os caras cheios de muita estrela, ele entrava, sentava ali ao lado, era respeitado na sua fala, impetrava o hábeas corpus e a ordem era cumprida. O meu ídolo era o Heleno Fragoso, dois metros de altura, uma estagiária linda com ele, eu ficava olhando o Heleno Fragoso, o único sujeito de terno branco ali no meio daquele pessoal tudo verde oliva, azul e branco, azul da Aeronáutica e branco da Marinha. Então eu comecei a ver aquilo e a achar que tinha que ser advogado. Mas o Superior Tribunal Militar o que faz hoje? É uma pergunta, mas ele também está no orçamento da União. Ele tem algumas auditorias militares, ele opera um código de processo penal militar próprio e um código penal militar próprio. Naquele momento o que acontecia? É que a Justiça comum foi perdendo atribuições e todas as decisões, quase tudo era crime contra a segurança nacional. Eu mesmo fui preso duas vezes, respondi a dois IPMs. Naquele tempo eu ainda podia dizer: sou o único juiz com prisão preventiva decretada. Hoje não ousa dizer isso não. (risos) Corro um risco muito grande de ser mal interpretado. Pois bem, temos aí os demais tribunais e o Superior Tribunal de Justiça, que não integra a Justiça Federal, para onde fluem as questões da Justiça dos Estados e da Justiça Federal. E o Conselho da Justiça Federal, que é presidido e vice-presidido pelo Superior Tribunal de Justiça.

Isso tudo para lhes dizer que essa engrenagem toda comparece no orçamento da União com este absurdo que eu lhes falei, que corresponde apenas a 3,74% do orçamento. O Poder Legislativo da União é bom que a gente entenda também, ele se resume àquela laranja que o Niemeyer cortou ao meio, já naquele tempo era uma laranja. Não dá para ser uma melancia, realmente tem a forma de uma laranja partida ao meio, uma emborcada e outra para cima, uma é a Câmara e a outra é

o Senado. E duas caixas de fósforo compridas que são os anexos. Ficou bonito, não é? Ficou muito bonito. Aí o Zezinho Bonifácio, que era o secretário da Câmara, discutiu com o Niemeyer e disse: "Mas e se houver um incêndio na Câmara, como é que o pessoal vai passar para o Senado?" O Zezinho Bonifácio, por conta própria, mandou botar aquela ponte passando de um prédio para o outro, ficou um H, duas bandas de laranja entre um H. Pois bem, ali é o Poder Legislativo da União Federal, que participa portanto com isso que, comparado com o Poder Judiciário, é praticamente nada, que são R\$ 3,3 bilhões, 1,27% de toda a despesa programada pelo governo para o Poder Legislativo, ao qual está atrelado o Tribunal de Contas da União, que muita gente pensa que é Poder Judiciário, mas na verdade o Tribunal de Contas da União é um órgão assessor do Poder Legislativo naquilo que o Legislativo nas democracias modernas tem de mais importante e essencial, que é o trabalho de fiscalização das contas públicas na sua aplicação pelos agentes públicos. O Congresso tem 594 ilustres representantes do povo brasileiro, todos trabalham de segunda-feira a sábado, intensamente, as sessões às vezes se arrastam até à noite e por isso também tem sessões extraordinárias, tem as comissões técnicas e também pelo trabalho nas comissões técnicas recebe-se o correspondente a esse extraordinário. Enfim, trabalha-se muito, tem muita lei. O Brasil tem muita lei, a gente vai para a faculdade, é advogado, membro do Ministério Público, juiz, se aposenta e não conhece todas as leis, não consegue saber. Porque trabalha-se muito neste país e se faz muita lei. Contra isso, o Judiciário tem um total de 6.800 magistrados federais, aí somando tudo, porque a Justiça Federal propriamente dita opera esse Direito Constitucional Federal em que a cada momento mais se quer federalização de competências, ampliando a competência da Justiça Federal. Nós sabemos que não é verdade. Até há pouco tempo, a última conta que eu fiz era 900 e poucos juízes, mas depois me falaram dos substitutos. Então temos menos de 1.200 juízes federais num país de 170 milhões. A cada Copa do Mundo a gente faz o recenseamento e aquela marchinha do Miguel Gustavo é atualizada, há

algum tempo eram 70 milhões em ação, hoje já são 170 milhões em ação. Então essa população toda para pouco menos de 1.200 juízes federais. O Judiciário Federal emprega algo em torno de um sexto do número de servidores do Judiciário.

Quanto aos juízes federais, naquela ocasião eu insisti nos números do orçamento para que assim tivessem noção da situação vivida pela Justiça brasileira. Aqui falando às senhoras e aos senhores, que movimentam a economia do nosso país no Estado economicamente mais poderoso, eu não preciso me dedicar tanto a explicações da nossa realidade econômica, mesmo porque as senhoras e os senhores conhecem tudo bem melhor do que eu, haja vista os compromissos que têm para com o Fisco ao fim de cada mês. Eu quero pedir a reflexão apenas sobre alguns números, não só para falar um pouco de economês bem mais apropriado do que o meu juridiquês, mas também para melhor exemplificar a situação que eu quero aqui lhes apresentar. Lembro aqui o Tom Jobim e o João Gilberto: eis aqui este sambinha feito numa nota só. Aquele mesmo orçamento de 2002, se colocado agora num quadro mais amplo, receita contra despesa, mostrava uma situação mais complicada ainda. O orçamento total da União para aquele ano era de R\$ 650,4 bilhões e desse total R\$ 328,5 bilhões seriam consumidos com os encargos financeiros da União e a rolagem e amortização (aqui está o imbróglio de toda essa situação do nosso país) da dívida pública interna, que é muito mais complicada até do que a externa que é administrável. Nesse quadro eu chamava a atenção para o fato de que 50,51% de toda a nossa receita disponível seriam usados no pagamento das dívidas. Nesse segundo quadro, reavaliando a proporção de cada despesa na receita total, via-se que o Poder Judiciário ficaria com apenas 1,5% do bolo grande. Ou seja, o governo pagaria primeiro 50,51% de dívidas, reservaria 38,21% para os gastos do Poder Executivo. Olha que loucura, 38,21% para um país desse tamanho, com seca, calamidade, saneamento abandonado, habitação popular, tudo solto aí. Um país desse tamanho

com um contingente de pouco mais de sete mil agentes, de um total de 15 mil, para cuidar do inquérito e das questões que dizem respeito aos crimes de competência da Justiça Federal, peritos mínimos, agentes mínimos, delegados mínimos, quando nós precisaríamos ter no mínimo uma Polícia Federal com um efetivo da ordem de 40 mil. E o crime deitando raízes no interior porque no interior a União não está presente com seus agentes, Ministério Público, Polícia Federal, Receita Federal, etc.

Pois bem, o governo pagaria 50,51% de dívidas, reservaria 38,21% para os gastos do Executivo, transferiria (olha a Federação bacana do Brasil) 8,94% para os Estados. Os Estados nós sabemos como é que estão vivendo aí, 8,94% para os Estados, municípios e o Distrito Federal, 8,94% para os três entes federativos. Para só então destinar 1,5% para o Judiciário, 0,51% para o Legislativo e guardar o restante, pasmem, 0,33% como reserva de contingência. Jesus Cristo para ser presidente da República também não tem jeito, qualquer um, Kennedy, John Kerry, para falar nas esperanças aí mais recentes. Somando a parte destinada às despesas de todos os 26 Estados, o Distrito Federal e mais (que é outra coisa maluca no Brasil, cria-se município aí como quem abre lanchonete) 5.500 municípios, além de todo o Judiciário e o Legislativo federais, o orçamento federal de 2002 (estou falando de 2002 para chegar agora a 2004) reservava o surpreendente percentual de 10,91%, para não usar os quebrados reservava cerca de 10%, o que nós conhecemos como o percentual que se destina ao garçom. O que eu não imaginava à época, e por isso não disse aos magistrados a quem falei, é que passado pouco mais de um ano eu acharia aquela participação até boa demais. Vamos agora ver o que começou a acontecer. O orçamento de 2003 já mostrava uma realidade bem pior, a receita total subiu para R\$ 1,036 bilhões e desses as dívidas consumiram R\$ 676,5 bilhões, o que correspondeu a 64,33% da receita total, 64% da receita só de dívidas. Olhando novamente para a participação do Judiciário, vemos que ela caiu 1,50% em 2002. Esse é o quadro, não adianta ficar jogando pedra em juiz, só

falando de mazelas. Esse é o quadro, caiu para 1,15% em 2003. Aí dizem que o Judiciário tem caixa preta, pau nos juízes. Essa história de pau nos juízes é outra conversa mais adiante. Mazela tem, a gente precisa organizar o governo do Judiciário, o Judiciário não pode ficar como o quem será, quem será do Chico Buarque, que nunca teve governo nem nunca terá. Tem que ter governo, também não é assim. Pois bem, este ano a participação do Judiciário cai agora para 0,99%. Em apenas dois anos o Judiciário teve uma perda real de 34% de sua participação na receita total da União. Na contrapartida em igual período, o pagamento das dívidas cresceu. Como a gente gosta de se endividar, não é? Cresceu 40,67%. No orçamento de 2004 as dívidas representam 71,05% de toda a receita, que são exatos R\$ 1 trilhão. E não é empréstimo, esse trilhão sai dos bolsos gerais, das senhoras e dos senhores no comércio e na indústria, no agro-business. O resto é para fazer caridade aí. Pois bem, no orçamento de 2004 representam portanto as dívidas 71,05% de toda a receita, R\$ 1,036 trilhão, ou seja, o pagamento das dívidas este ano consumirá o mesmo que a receita total do ano passado. É muito chato ficar falando isso, deputado quer voto, o povo vai entender isso? Senador falar isso para o povo, o povo vai entender isso, vai querer saber disso na novela? É claro que é só quem, como as senhoras e os senhores, participa desse grande bolo tributário que tem interesse mais direto. É o que está custando manter essa República, esse Estado perdulário sim, mas nem tanto, porque tudo se resume a essa administração de dívidas. E aí aqueles pequenos que estão lá com pouco para gastar contingenciam, estão gastando demais. A questão não é demais, às vezes não estão gastando corretamente, não há gasto demais. Na média, a participação das dívidas no orçamento cresce 18,6% ao ano, se tomados por base os dois últimos bases. Se o crescimento continuar nesse percentual, nos próximos dois anos teremos uma participação das dívidas de 84,27% no orçamento de 2005, é loucura, 99,94% no ano de 2006. Aí terminou meu mandato no STJ, estou fora.

RUBENS APPROBATO – Já terminou o STJ daí.

VIDIGAL – O Approbato é muito carinhoso. (risos) Em 2007 (não deverei ainda estar aposentado) pagaremos de dívida toda a arrecadação. Isso é uma projeção para assustar um pouco. Ainda ficaremos devendo 18,53% do total que arrecadamos. Ou seja, estamos a caminho da falência verdadeira, real, com data marcada.

IVES – Se não houver nenhuma crise internacional.

VIDIGAL – Diz o prof. Gandra: se não houver nenhuma crise internacional, não é? Se George Bush ficar, vai ter. A situação por ora já é crítica. Se pegarmos o quadro amplo do orçamento deste ano, vamos ver que o Poder Judiciário receberá 0,99% do total da receita, o Legislativo 0,31% e as transferências da União representarão apenas 4,46%. Isso quer dizer no melhor português que aos Estados, municípios, Distrito Federal, Judiciário e Legislativo já não caberá sequer os 10% da gorjeta do garçom, porque eles somados receberão agora apenas 5,76% da receita total. Se isso não for um absurdo, então eu não entendo mais nem o que é teratológico. Essa palavra eu demorei também a entender, o Maurício Correia falava muito em medida teratológica de madrugada no TSE. Eu sabia que era uma coisa meio maluca, mas como é que aplicava isso em tudo quanto é decisão? Mas teratológica por si já é uma palavra meio teratológica mesmo. (risos) O poeta tem que ter respeito pelas palavras. É claro que as senhoras e os senhores já conhecem muito bem esse quadro, eu não vim aqui para ensinar Padre Nosso aos vigários, até porque num templo da economia como este aqui onde estou eu talvez não chegue sequer a ser coroinha. Mas, cumprindo o meu dever, devo lembrar aos cardeais que ainda vamos ter muita missa pela frente e que a hóstia está acabando.

Também não preciso aqui apresentar soluções para a crise econômica, porque de quatro em quatro anos temos desfiles de

candidatos à presidência da República e todos têm soluções para a crise econômica, todos têm soluções para o desemprego, todos têm milhões de empregos a gerar e todos são contra o juro alto. Quero abrir aqui um parêntesis, gosto muito dessa história, é muito engraçada. Na campanha eleitoral da sucessão do presidente Juscelino havia um dono de jornal, o Dantas, do Diário de Notícias do Rio de Janeiro. Ele bancou a campanha do Jânio, do finado Jânio. O Dantas estava na esperança de ser nomeado embaixador em algum lugar. Quando terminou a eleição, o Jânio toma aquele navio que ele sempre tomava, um cargueiro chamado Uruguai Star, e vai embora para Londres, demorava três meses para chegar, o Lacerda feito louco mandando carta. Não tinha internet naquele tempo. Aí o Dantas chama o Joel Silveira, o jornalista que escreveu um livro agora sobre a avenida Paulista, e dá uns dólares para o Joel Silveira e diz: "Você desembarca na Espanha, espera o navio do Jânio e entra lá". O Jânio gostava muito do Joel, ambos eram muito bons companheiros de copo e tal. O Joel Silveira chega uma semana antes, isso ele conta num livro chamado Viagem com o Presidente Eleito. O corpo diplomático, quando soube que era um amigo do presidente eleito, começou a empanturrar o Joel de paelha. Ele conheceu então todos os tipos e todas as variedades de paelha. Mas isso para dizer que quando ele entra no navio começa lá um ritual, seis horas da tarde o Jânio aparecia muito bem vestido no bar do navio, até que o Joel Silveira entrou no assunto e ele disse: "O candidato prometeu, o presidente não". (risos) Essa máxima no Brasil tem sido válida com todos os candidatos.

Então não sou eu aqui que vou apresentar sugestões para a crise econômica do nosso país. Os senhores conhecem os remédios bem melhor do que eu. Mas me parece claro que para determos o aumento da participação da dívida no orçamento a única saída é fazer com que a receita aumente anualmente, numa proporção igual ou maior do que a das dívidas. No primeiro caso manteríamos a dívida no mesmo patamar e no segundo ela iria caindo ano após anos. Mas para aumentar a

arrecadação não vejo outra saída senão aquela que eu já aprendi ouvindo a pregação de todos os senhores todo dia, o nosso mantra: o país tem que crescer, o país tem que crescer. Para isso precisará de investimentos e aí é que nós do Poder Judiciário começamos a entrar na história. Não existe investimento sem a certeza de que o capital aplicado voltará com um certo juro ou alguma compensação que justifique o negócio. Para que se tenha essa certeza, além de se confiar na economia onde se está investindo, é necessário que se confie também no arcabouço legal a garantir o contrato e na presteza da Justiça na solução das controvérsias que porventura surgiram. Ou seja, os empresários internos e externos precisam mais que tudo confiar nas leis e mais que tudo confiar nos juízes, mais que tudo confiar, portanto, num Poder Judiciário forte, ágil, respeitado, respeitável, eficaz. Não há mais clima neste país para o ganha, mas não leva. No ganha mais não leva quem dá o pior exemplo sempre é o Poder Público com tantas demandas procrastinatórias, recorrendo, recorrendo, recorrendo e congestionado o tráfego do Poder Judiciário, impedindo que aqueles que efetivamente têm demandas mais justas, que carecem de respostas mais rápidas, possam ao seu tempo ter essas respostas. O Poder Público responde por mais de 50% nessa brincadeira de procrastinação. Os empresários internos e externos precisam confiar nas leis, precisam acreditar no Poder Judiciário, na força moral das decisões judiciais, na ação firme dos seus juízes, tanto quanto acreditam nos rumos da política conduzida pelo dr. Antonio Palocci. Aliás, sorte tem o Poder Executivo, porque o presidente da República entendeu que um médico sanitarista podia ser ministro da Fazenda e eu não estou conseguindo nomear um engenheiro diretor do STJ porque é privativo de bacharel em Direito. Vou nomear um engenheiro assessor com poder total e digo: "Agora você escolhe aí entre os motoristas, deve ter alguém aí com diploma de bacharel, e você indica que eu nomeio diretor geral um motorista como bacharel". Engenheiro só do ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, não pode ser diretor para fazer a reengenharia que eu quero fazer. Viu, *Approbato*, onde é que nós estamos? Foi cunhada na guerra do

Vietnã aquela expressão: corações e mentes. Há quanto não andam os corações e as mentes no nosso Poder Judiciário, não é, desembargador Naline? Terrível, muita reserva de mercado. O presidente Lula pode ser presidente da República, mas não pode ser diretor do STJ. Eu fico indignado.

As nossas leis respondem bem a essa carência de demanda? Penso que não. O nosso Judiciário responde bem? Sabemos que não. Não estamos prontos a atender demandas de maior velocidade em que se exija uma economia mais dinâmica do que a nossa. Não me sinto desconfortável com essa afirmação. Em primeiro lugar porque deixo claro aos senhores e às senhoras, aliás, às senhoras e aos senhores (as senhoras primeiro) que os dados apresentados até agora não representavam críticas à atual política econômica, mas tão somente constatações baseadas em dados amplamente divulgados pelo Executivo, acessíveis a qualquer um nos sites da área econômica, não estou aqui trazendo novidades. Muita gente prefere bate-papo, mas vai lá que tem nos sites da área econômica. Da mesma forma, não estou raciocinando de forma destrutiva em relação ao poder que eu integro há quase 17 anos como juiz e do qual participei por quase dez anos como advogado. Não critico porque a falta de recursos não é culpa nossa, mas sim da escassez, sempre a escassez de verbas. Tem um poeta goiano, eu gosto muito do rock que ele produz, é o Léo Jaime, ele tem um verso que diz que o mundo não vai acabar por falta de verbas. Eu também acho, não dá para ir por aí.

O Poder Judiciário não está paralisado aguardando que a economia dê sinais de melhora e que o orçamento da União seja mais condescendente. Ao contrário, enquanto não vê aprovada a reforma que solucionaria problemas que hoje emperram a Justiça e não obtém mais verbas, é o próprio Judiciário que vem buscando, encontrando as suas próprias soluções. E uma delas, sem dúvida, tem sido a implantação dos

juizados especiais federais, que aqui em São Paulo hoje é um modelo exportável para o mundo. Esses juizados foram criados à semelhança das pequenas causas estaduais, para atender demandas de baixo valor. Nos juizados especiais são julgadas causas de até 40 salários mínimos, atualmente R\$ 9,6 mil, e nos federais elas podem chegar a 60 salários ou R\$ 14,4 mil. No que diz respeito aos juizados federais, dentro desse limite, por exemplo, se enquadram nada menos do que 90% das demandas. Olha lá, Previdência Social. Talvez as senhoras e os senhores não saibam, mas o maior cliente do Superior Tribunal de Justiça em número de ações é exatamente o INSS, é o primeiro, disparado, muito na frente da Caixa Econômica Federal, vide FGTS, etc., que ocupa o segundo lugar. Os juizados especiais federais surgiram como uma forma mais prática, mais objetiva de se buscar fazer a Justiça. Isso porque na Justiça Especial tão logo um processo dá entrada é marcada uma audiência de conciliação entre as partes. Se no dia as partes não chegam a um acordo, o juiz decide a questão em no mínimo 60 dias. Se uma das partes recorre da decisão, ela sobe para uma Junta Recursal formada por juízes especiais, que definem em outros 60 dias no máximo e aí ponto final, a parte perdedora tem 60 dias para pagar o que deve. Esse é o estilo, é o modelo, é o formato que nós devemos fazer para render esse novo modelo de Justiça. A primeira coisa que pensamos quando criamos os juizados especiais federais, em 2001 (portanto, uma experiência recente), foi que retirando 90% das causas contra o INSS nossos tribunais estariam desafogando-se. Ainda não posso dizer que tivemos êxito, porque essas causas demoram muito tempo para chegar até o STJ, três anos é pouco para se saber se o volume de demandas contra a Previdência está diminuindo. Mas uma coisa é certa: esses juizados acabaram criando uma nova demanda para a Justiça. Como são rápidos, trouxeram para o Judiciário aquelas pessoas que não chegavam, que não passavam à porta com as suas ações, porque tinham medo de perder tempo e de perder dinheiro. Além disso, porque não exigem a presença de advogados, os juizados especiais acabaram se tornando a tábua de salvação para

aqueles que não podiam constituir defensores e esses passaram a entrar com ações na Justiça, coisa que não faziam antes. Essa foi uma fórmula encontrada pelo Poder Judiciário para acelerar a prestação dos seus serviços, mas devo confessar que esse novo juizado também pode morrer, porque para criarmos um juizado temos que ter um juiz, temos que ter um escrivão, temos que ter pessoal de secretaria, enfim, temos que instalar uma Vara Judiciária. Para isso precisamos não só de verba no orçamento, mas de aprovação no Congresso Nacional. Quando implantamos os juzizados especiais federais em 2001, usamos os juizes das varas convencionais, aqueles que davam dois expedientes, uma na vara convencional e outro no juizado especial. Daí pedimos ao Congresso a aprovação de 83 novas varas federais para que pudéssemos criá-las. Para que tenham uma idéia, esse projeto ficou só na Câmara dos Deputados por mais de dois anos, porque o Conselho da Justiça Federal, com base em estudos técnicos (juiz é muito cioso de certas burocracias, ano tem jogo de cintura, olha político com desconfiança e político também olha juiz com desconfiança), mandou para o Congresso um projeto de lei com uma parte das varas fixadas onde deveriam ser e ingenuamente o Conselho deixou outro grande número de varas em branco. Ora, eu vou perguntar se quer banana? Aí suas excelências resolveram preencher os claros da proposta do Conselho da Justiça Federal. Aqueles claros eram deliberadamente claros porque eram varas que seriam remanejáveis de acordo com a necessidade de cada local. Aí criou-se um impasse e o presidente do Conselho, o ministro Naves, com o Conselho em geral, chegou a pensar em retirar o projeto e por conta disso fomos atrasando a instalação dos juzizados especiais em muitos lugares, até que eu me aproveitei de uma viagem do presidente do Tribunal à China. Confesso que foi uma conspirata rápida. Ele foi à China e, quando ele desembarcou na China e eu tinha certeza de que ele não voltava no dia seguinte, eu desembarquei no Congresso, negocieei com os deputados e conseguimos que eles recuassem um pouco, deixando mais algumas varas em branco, as que eles queriam lá para a Bahia (imagine, a Bahia) e outros lugares. A

verdade é que nós conseguimos provar que no Brasil é possível em 48 horas se tirar um projeto da Câmara e 72 horas depois aprovar no Senado, para que na mesma semana chegasse à mesa do presidente da República. Quando o Naves voltou, já foi recebendo o convite para assistir a promulgação, a sanção da lei pelo presidente da República. Ficou muito aborrecido comigo. Eu aproveitei o embalo e arranquei também um projeto que estava há um ano e meio, sobre criação de cargos para a Justiça Federal. Foi curioso, porque o concurso ia extinguir-se dali a duas semanas, daí a pressa para o presidente da República também sancionar a lei, depois nós convocamos os concursados e a maior parte não quis mais assumir o cargo em razão de salário. Agora nós vamos convocar um novo concurso para preencher esses quadros. O segredo disso tudo qual é? Habilidade política e a coincidência de que o presidente do Congresso é meu amigo pessoal há 45 anos, o presidente Sarney. Apenas essa coincidência, como o *Approbato* na OAB. Ainda bem que ele fez o sucessor. A gente se acertava também aí e vamos continuar nos acertando. Isso tudo é importante. Não adianta ficar dizendo que o Poder Judiciário é soberano. Soberano sem um tostão no bolso? Que soberania é essa? Não tem, é soberania do discurso. Então tem que conversar com quem decide. Quem decide na democracia é o Congresso, são os representantes do povo. Nós temos que respeitá-los como tal para que eles também nos respeitem como legítimos intérpretes das leis e que as nossas decisões possam também ser cumpridas e respeitadas.

Então agora nós estamos com esse problema, porque quem sacou essa história de que Justiça Federal podia ajudar a arrecadar dinheiro foi o ministro Malan, que deixou no orçamento recursos para instalar de pronto dez varas. O Malan já saiu, o orçamento rolou e o dinheiro das dez varas foi embora, agora nós estamos aí com as 183 varas criadas e estamos sem recursos para implantar essas varas. Eu queria fazer isso tudo nesses dois anos da nossa administração, porque acho que 183 varas não é nada. O Brasil precisa de um mínimo de cinco

mil juízes federais, no mínimo cinco mil juízes federais para que possa ter um mínimo de cinco mil procuradores de República, um mínimo de cinco mil advogados gerais da União, ou seja, toda a estrutura da União Federal presente nas mais distantes comunidades. Antes de 1930 o Brasil era quase litoral e tinha São Paulo e Minas. Depois, com o fenômeno da industrialização, Juscelino levou o Brasil para o Planalto Central, a malha ferroviária foi ocupando, hoje tem dois Estados, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, uma economia em franca ascensão. O país foi ocupando os seus espaços, mas o Judiciário, sendo um dos integrantes dos três pilares da União Federal, da democracia, da República, se mantém contido, quase que envergonhado do poder e das responsabilidades que tem.

Onde há um brasileiro, onde há capital gerando novos capitais, onde há trabalho, onde há crescimento, onde pessoas há conflitos, há interesses, há direitos e o Judiciário tem que estar presente, tem que ter juiz. E nós estamos cansando de saber que essa relação juiz e habitantes é uma das mais vergonhosa, comparada com outros países da Europa que são bem menores, tanto em população quanto em território. Então, para se ter uma idéia, o Juizado Especial Federal daqui de São Paulo, esse que é modelo, recebeu só no ano passado algo em torno de 300 mil processos, apenas 100 mil a menos do que o STJ, que tem jurisdição nacional. Com isso, o prazo de seis meses para a solução dos casos já está aumentando, os juízes só não estão ficando doidos, mas já estão doidos de tanto trabalho. Não foi só o Judiciário que procurou soluções, a sociedade organizada também está desenvolvendo seus esforços. A demora na solução dos conflitos comerciais, por exemplo, já exigiu ações mais criativas como, por exemplo, meios alternativos, entre os quais o juízo arbitral. Antes mesmo da existência da figura do juiz como a conhecemos hoje, as partes já elegiam árbitros dentro dos seus grupos sociais para dirimir questões diversas. Isso não ocorreu apenas nos tempos mais remotos. A Constituição de 1824 facultava às partes, em seu artigo 160, a nomeação de juízes árbitros. O Código Civil também

dispunha a respeito em seu artigo 1.045 e da mesma forma o Código de Processo Civil de 1939, em seu artigo 1.098. Portanto, as partes para valerem-se do juízo arbitral deveriam posteriormente postular a homologação judicial, sob pena de tornar inócua a atividade dos árbitros. O nosso estimado Emmanuel Kant, aquele a quem Fernando Pessoa se reporta dizendo "escrevi filosofias e segredos como nem o Kant escreveu, portanto sou sempre e serei sempre da mansarda, ainda que não more nela", pois o Emmanuel Kant descrevia o contexto do direito como sistema que assegura o exercício do livre arbítrio de cada um, contanto que não interfira com o livre arbítrio do outro, dentro do marco geral da liberdade. Não podemos deixar de lado o acerto dessa visão. As leis nada mais são do que um conjunto de normas extraídas dos costumes na média da sociedade. Existem para regular as relações entre as pessoas, relações essas que se forem exercidas pelas partes dentro de regras de respeito e boa convivência não necessitam de intervenção judicial. Da mesma forma, não carecerão de intervenção judicial as relações entre as partes quando, em conflito, elas procurarem a mediação de um terceiro ou arbitragem.

No âmbito externo, com a expansão da economia global, a arbitragem vem sendo adotada em vários países da América Latina, como também em países europeus, França, Itália, Bélgica, Inglaterra. No Brasil, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal já instalaram suas câmaras de arbitragem e o volume de ações nessas câmaras vem crescendo anualmente, embora em número menor do que cresce no Judiciário, é óbvio. Questão da credibilidade de quem pode pagar os árbitros sem saber se a decisão arbitrada vai ser efetivamente respeitada pelos contendores. O ordenamento jurídico também pretende abranger um outro meio alternativo para a solução de controvérsias, que é o da mediação. A solução pela via da arbitragem, no entanto, não é um exemplo de que a sociedade buscou resolver seus problemas à margem do Poder Judiciário. Ao contrário, esse caminho começa a existir porque ambos, sociedade e

Judiciário, se debruçaram sobre o problema e buscaram respostas satisfatórias. Ainda o nosso Kant descrevia o contexto do direito como o sistema que assegura o exercício de livre arbítrio de cada um, contanto que não interfira com o livre arbítrio do outro dentro do marco geral da liberdade.

O Judiciário não pode e não continuará sendo um poder fechado em si mesmo, um poder ensimesmado. Não podemos ficar isolados da sociedade e dos dois outros poderes que a representam. A partir do próximo mês de maio começaremos a viver neste país uma situação que eu reputo de muita sorte e por demais interessante. Os dois principais tribunais brasileiros estarão sob a gerência de dois magistrados com histórico político, tanto eu no STJ quanto o ministro Nelson Jobim no Supremo Tribunal Federal passamos pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo. O ministro Jobim serviu no governo Fernando Henrique e eu servi duas vezes ao governo Sarney, quando era governador do Maranhão e como assessor especial da presidência para os assuntos exatos do Judiciário e do Ministério Público Nelson. Conheço muito bem o ventre da baleia que se chama Palácio do Planalto. Soube anteontem que o meu gabinete é hoje ocupado pela ilustre senhora primeira-dama do país, o da esquina do terceiro andar. Já tinha participado do Legislativo quando foi cassado em 1964, mas em 1968 cheguei à Câmara dos Deputados, já nos prenúncios da derrocada do regime autoritário. Então é isso tudo somado à cátedra universitária e com a experiência na advocacia. Aquela história com o ministro Cordeiro Guerra não sei se ele contou, na verdade eu fiquei até duas horas da manhã esperando por ele na casa dele para entregar um memorial. Eu sabia que o ministro era notívago e fui para a casa dele, duas horas da manhã ele chegou e eu entreguei o memorialzinho para o presidente do Supremo. Pois bem, a experiência na advocacia e os 16 anos já como ministro do Tribunal Federal de Recursos e depois do Superior Tribunal de Justiça, isso tudo junto com a experiência também de advocacia, de cátedra universitária, de Poder

Executivo e de Poder Judiciário do ministro Jobim. Nós estamos acertadíssimos, ninguém vai ver o STJ batendo boca com o Supremo, ninguém vai ver o ministro presidente do STJ divergindo publicamente do ministro presidente do Supremo. Quando tivermos nossas divergências, vamos fazer como fazem todas as famílias de bem, fechamos as portas, discutimos, conversamos e só vamos aparecer nas convergências. Temos tido encontros freqüentes e estamos envolvidos com o mesmo objetivo: modernizar o Poder Judiciário, fazer com que o Poder Judiciário possa ser ágil. Eu disse ontem ao Jobim: "Você como bom chefe de alfaiataria e bom costureiro vai cuidar das costuras, eu fico fazendo o meio de campo". Essa situação nos anima, porque vai estar fazendo com que nós possamos acreditar efetivamente de que somos capazes de realizar, não diria todos os sonhos, mas alguns sonhos que estão na pauta da OAB, que estão na pauta das cidadãs e dos cidadãos deste país que estão precisando de um Judiciário um pouquinho diferente, um Judiciário mais urgente.

Para mostrar um pequeno dado do que ocorre hoje nos gabinetes do Judiciário, só o STJ este ano deve receber mais de 230 mil processos. Nós vamos pedir mais uma vez aqui o auxílio da matemática para explicar melhor a questão. Temos 33 ministros no STJ e dividimos esses 230 mil, teremos uma média de sete mil por ministro/ano. O ano só tem 365 dias. Se dividirmos sete mil por 365, vamos encontrar 19,18, cerca de 20 processos por ministro/dia. Mas aí estamos incluindo domingo, feriado, Semana Santa, carnaval. Se os ministros trabalharem todos os dias do ano sem férias, sem recesso, sábados, domingos, trabalhando sem parar, existe um outro problema: o dia só tem 24 horas. Aliás, com a história dessa minha eleição eu estou dormindo quatro, cinco horas, já estou meio estragado. Hoje eu começo a compreender porque o presidente da República ainda continua chegando atrasado, ele já tem um ano e meio, eu só tenho uma semana, ainda não tomei posse. Eu tenho um livrinho que foi o Balzac que montou, Máximas e Pensamentos. Eu carrego no carro e todo dia chego para o motorista: "Vamos abrir aqui o

mantra". Abro uma página qualquer e tem uma coisa interessante do Napoleão Bonaparte. Hoje foi Paulo Vanzolini. Todo dia escolho um para ouvir na ida e na volta, porque não dá para ficar muito sério, senão você morre, não dá para ser sério demais, tem que saber Praça Clóvis, capoeira do Arnaldo, Moreira da Silva, tem que se beliscar para continuar sendo gente. Então eu aqui estou citando o nosso estimado Napoleão, que dizia que o homem não precisava de mais de quatro horas para se recompor. Mas tomemos o oito como o número de horas em que não trabalharemos, aí incluindo o sono, as refeições, congestionamento do trânsito, enfim, tudo que não for ler e julgar processos. Sobram então 16 horas no dia para que os ministros do STJ estudem seus processos, dêem seus pareceres e os levem a julgamento. Aí temos que tirar seis horas desse dia, porque é o tempo necessário para uma sessão de julgamento, que é outra chatice. Tem um tal de memorial que os caras levam para ler, não é, *Approbato?* (risos)

APPROBATO – E ainda o computador ajuda a engrossar.

VIDIGAL – Uma vez o doutor advogado estava lendo, eu estava acompanhando, me distrai e digo: "Vossa Excelência podia indicar a página? Eu estou aqui na 33". Eu já estava na 33. São 15 minutos. Se você tiver apenas quatro processos com sustentação oral, com direito a cada das partes com 15 minutos, você tem aí quatro horas. A sessão começa às duas, seis horas da tarde você julgou quatro processos. E o pior, sobre coisas que de antemão já são sabidas em função da jurisprudência. Essa é uma outra questão que eu estou fechando com o sindicato. No Brasil tem que se acertar primeiro com o sindicato, depois você vai ver a lei. Estou acertando com o sindicato dos servidores, as conversas já estão indo bem e vou até anunciar em primeira mão que o STJ vai trabalhar em dois expedientes. Vocês vão encontrar o Tribunal de manhã e de tarde, porque a sociedade não entende por que o Judiciário é o único que de ponta a ponta do país trabalha em meio expediente,

quando até o Ministério da Agricultura nas grandes cidades funciona em dois expedientes. Então essa é uma notícia boa, porque num segundo momento eu vou tentar ver se convenço os meus ilustres pares a que comecem as sessões pela manhã. De manhã todo mundo está mais bem disposto, está mais concentrado, o raciocínio está mais claro. Se tiver que emendar, então prorroga pela parte da tarde e aí nós vamos conseguir render mais. Depois nós vamos conversar com a OAB para fazer um acordo para reduzir esses 15 minutos, dentro de um acordo, cinco prorrogáveis por mais três. Eu acho que é negociando que a gente vai chegar, 15 minutos era no tempo em que não tinha processo. Quando eu advogava no Supremo, o Cordeiro Guerra também me falou: "Aqui você tem direito a 15, mas se você falar só cinco eles vão adorar". Eu me esforçava para falar só cinco, demorei muito a aprender a falar cinco minutos no Supremo, mas ensaiava, escrevia, fazia um roteiro, até que eu me enquadrei nos cinco minutos dos 15 a que eu tinha direito.

Pois bem, esse prazo será dado aos ministros do STJ este ano para decidir a vida das pessoas, a situação das empresas, a autoridade das instituições. O Judiciário brasileiro com esse volume é claro que não está julgando. Os juízes não estão sendo filósofos, o juiz tem que ter uma função filosófica, tem que pensar. Cada processo é uma história de vida ou de vidas de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas. Há que refletir. A chamada morosidade tem que ficar por conta do pensamento e não da montanha, da fila enorme de processos, de papéis que vão assim como que numa linha de montagem. Hoje, antes de tomar o avião para cá, despachei 30 recursos, inadmitindo recurso extraordinário para o Supremo, porque é coisa batida. Aí "não, não, não, não". Aí vem um agravo no dia seguinte: "sim, sim, sim, sim". Aí vai para o Supremo e um dia encontra lá um relator que diz: "Realmente, o despacho do presidente estava correto, nego provimento ao agravo". Quanto custou para os senhores e para as senhoras que pagam a conta? O grosso do contribuinte é empresário, é comércio e indústria, serviços pouca coisa. Quanto é que

custa isso tudo, o tempo do juiz, o tempo do funcionário, o papel, essa movimentação toda? A gente tem que pensar nisso. Já não basta essa dívida maluca que a gente nunca paga? Dívida eterna, não é dívida externa, não se paga. Se nós ficarmos aí ainda brincando de que estamos fazendo Justiça, que estamos operando o Direito, não pode. Acho que a gente precisa pensar um pouco mais sério isso tudo.

Esse é o quadro que eu vou encontrar a partir de 5 de abril, quando assumir a presidência do Superior Tribunal de Justiça. Eu gosto de desafiar o desafio. Nós vamos fazer tudo, vão me encontrar trabalhando, nós vamos trabalhar juntos, eu estarei acessível a todos os pedidos, a todos os convites, onde eu puder ir para conversar como vim aqui. O Ives Gandra é um grande otimista, porque ainda tinha logo lei lá com essa história da minha eleição e ele já tinha me convidado para vir para cá. Foi agendado para depois da eleição, mas o convite foi antes. Eu estou acostumado a disputar eleição e eleição se disputa com concorrente, você vê a cara do sujeito, vê o que ele está pensando, debate, discute, enfrenta, perde ou ganha por um voto ou três votos. Agora, disputar eleição como candidato único foi a primeira vez na minha vida. Disputa com candidato único. No fim eu segurei porque votei em mim também. Pelo sim, pelo não, acabei sendo eleito por unanimidade. (risos) Foi duro, a eleição mais difícil que eu já enfrentei foi essa de candidato único. É terrível, não é, Lacombe? O Lacombe já foi presidente do Tribunal e foi candidato único. Não é fácil. E um eleitorado tão exigente, não é? Meu Deus do céu.

Não quero mais tomar o tempo das senhoras e dos senhores. Vim aqui apenas para dizer-lhes que no Superior Tribunal de Justiça me encontrarão sempre trabalhando, encontrarão comigo sempre querendo fazer, querendo realizar. Eu sou como as senhoras e os senhores que acreditam neste país e para acreditarmos neste país nós temos que dar o exemplo, o exemplo do trabalho. Eu quero apenas aproveitar e lhes

propor um pacto: vamos enfrentar o crime organizado. O tráfico de drogas corrói a família no que ela tem como bases da sociedade. O contrabando de armas é o grande instrumento para o desassossego, para a insegurança da qual todos nós nos queixamos. A lavagem de dinheiro é o que há demais desleal contra quem consegue algum dinheirinho ganho no suado, no sacrifício. A pirataria, essa eu reputo como o vírus mais perigoso contra as instituições democráticas, porque ela corrói os orçamentos públicos naquilo que ela desfaz na arrecadação. E o Estado com o orçamento público esvaziado se desmoraliza, porque ele não tem como atender as demandas da sociedade. Não tendo como atender as demandas da sociedade, a democracia se vai porque a democracia é um estado de espírito, a democracia é uma vontade coletiva, a democracia há que ser sempre uma conquista e uma vitória de cada, não há que ser eternamente uma promessa, se todos nós fizéssemos esse pacto nas associações comerciais com todos os comerciantes, grandes, pequenos, médios, e ficarmos mais atentos nem para comprar e nem para vender e não permitir que se comprasse e nem que se vendesse os produtos da pirataria. Essa é a grande mentira que se faz no nosso país, a pretexto de que se está ajudando o desemprego e na verdade não se paga direitos trabalhistas, não se paga obrigações previdenciárias, não se paga imposto de nenhum e qualidade. Não é justo que o comerciante lícito ali estabelecido tenha essa deslealdade de concorrência na sua calçada, pelo preço aquém do aquém do aquém em que não se está comprando qualidade, está simplesmente levando para casa uma contribuição para o desmoronamento da nossa economia e para o enfraquecimento das nossas instituições democráticas. Eu acho que aí é que nós devemos ser intolerantes, não devemos ter tolerância para com nenhum desses crimes, em especial com esses quatro crimes que são o produto mais firme do crime organizado. A economia se globalizou, o crime globalizado também está. Nós precisamos trabalhar na ordem internacional para que possamos ter tipificados alguns desses crimes que são comuns em todos os nossos países, precisamos fazer com que a cabeça dos nossos juízes se abram, é

inacreditável que no século XXI ainda tem juízes que se opõem a interrogatório online, quando na Espanha já se interroga testemunha online no Paraguai, quando o próprio Paraguai, imaginem... Eu estive há duas semanas com o presidente da Suprema Corte do Paraguai e abri o jogo lá com ele: em Brasília tem até uma feira chamada do Paraguai porque é só muamba. E ele também me disse que eles estão muito preocupados e estão tomando providências no sentido não só do resgate da imagem internacional do país, mas também em função do combate a ação do crime organizado no que diz respeito ao contrabando de armas e aos produtos piratas.

Então a gente precisa continuar conversando. Eu acredito na escola, ninguém é contra a escola. Ruy Barbosa dizia que abrir escolas é fechar cadeias. Mas eu também acredito que tem muita gente aí, sociólogos, pensadores, o pessoal que pensa as coisas sem olhar o lado prático. Eu continuo achando que a gente precisa fazer melhor uso das nossas ilhas oceânicas, segurança máxima por lá. Se não houver verba, eu tenho certeza de que a sociedade contribuirá numa campanha aí na televisão, numa ONG para arrecadar recursos para que nós possamos mandar para longe aqueles mais perigosos e lá eles terão condição até de ressocialização porque estarão mais próximo da natureza e não naquilo que o Evandro Lins chamou de universidade do crime, que é nosso sistema penitenciário falido. Enfim, nós temos muito que fazer. Dois anos é muito pouco, mas nós temos a vida inteira pela frente. Existem várias formas de servir ao país e eu creio que neste momento nós estamos aqui prestando um serviço ao país, porque estamos refletindo o país, o país onde os senhores compram para revender, onde os senhores exercem uma profissão lícita milenar, que é o comércio. Um país em que os senhores precisam também dos dividendos do exercício dessa profissão e em que os senhores, cumprindo com as suas obrigações tributárias, que já não são poucas porque nós estamos num país em que o sistema tributário é um dos mais pesados do mundo. Então nós estamos, sim,

pensando o Brasil nesta reflexão de fim de tarde em que eu quero mais uma vez agradecer a todos a atenção, o carinho e o respeito com que fui ouvido. Muito obrigado.

(Final da palestra)